

*Celso Furtado**

Eminente economista brasileiro, Celso Furtado nasceu em Pombal (Paraíba) e iniciou sua carreira profissional em 1943, no Departamento Administrativo do Setor Público (DASP). Concluiu a faculdade de direito em 1944, serviu na II Guerra Mundial e, após retornar ao Brasil em 1946, seguiu para a França, onde completou seu doutorado na Universidade da Sorbonne em 1948. No ano seguinte, ingressou na Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL). Especialista em desenvolvimento econômico latino-americano, em 1953 foi para o BNDE no Convênio CEPAL-BNDE, do qual foi presidente do Grupo Misto de Estudos BNDE-CEPAL. Foi também diretor do BNDE, criador e primeiro dirigente da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), ministro do Planejamento do governo João Goulart, elaborador do Plano Trienal. Exilado com o golpe militar de 1964, foi ministro da Cultura do governo José Sarney na redemocratização de 1984. Deixou uma extensa obra sobre questões do desenvolvimento econômico, economia brasileira e latino-americana.

* Entrevistado em 22 de junho de 1982, por Nora Lanari, Ângela Coronel, Rui Modenesi, Aloísio Barbosa e Roberto Rodrigues.

Para começar nossa conversa gostaríamos que fizesse um relato do seu ingresso no BNDE⁴¹, e ao mesmo tempo como viu esse ingresso em relação às pessoas que já estavam lá, às equipes e mesmo a essa questão de ser uma instituição recém-criada, em que economistas jovens tinham um entusiasmo maior do que com o aparelho administrativo tradicional.

Não ingressei propriamente no BNDE. Minha colaboração foi um pouco atípica, pois me dispus a observar a instituição desde o começo, mas guardando certa distância. Quando se criou o BNDE, Roberto Campos foi a Santiago do Chile, vindo de Nova York, me convidar para participar da primeira diretoria do Banco. Eu era um economista jovem, mas com certa evidência. Publicara alguns ensaios sobre o Brasil e a economia brasileira, e representava na CEPAL⁶⁶, de alguma maneira, uma linha de pensamento algo distante da que vinha prevalecendo no Brasil. A CEPAL começava a se firmar no Brasil e eu era um brasileiro da CEPAL, que havia dirigido estudos sobre o Brasil, inclusive o Estudo de 1949, que foi considerado na época uma contribuição significativa. Eu havia encontrado o Roberto no momento da criação da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos⁶⁸, quando estive aqui como funcionário da CEPAL, para a conferência de 1952, e tomei contato com ele no Itamaraty²¹⁷. Depois desse contato, e sem dúvida a partir dos trabalhos que eu havia escrito antes, ele considerou que minha colaboração seria importante na primeira fase do BNDE, como se ele quisesse unir ao Banco as correntes de pensamento que na época tinham algum significado no Brasil. Em Santiago, retomamos a conversa e eu não disse sim nem não, disse apenas: “vamos conversar com Prebisch”²⁶⁰, que era secretário executivo da CEPAL, muito amigo meu e conhecia também o Roberto Campos. Prebisch saiu-se com uma solução salomônica: “aqui temos apenas um economista brasileiro, que é o Celso, e não podemos nos privar dele nessa fase, mas podemos trabalhar conjuntamente, CEPAL e BNDE, pois temos o mesmo objetivo, que é o desenvolvimento do Brasil e da América Latina; por que então não fazemos um programa conjunto?” E daí nasceu a ideia do Grupo Misto BNDE-CEPAL¹⁵⁴. No quadro desse grupo misto, disse Prebisch, eu poderia ir para o Brasil, com uma missão de um ano renovável, para dirigir o grupo a ser constituído dentro do próprio BNDE, que assim teria gente pensando o longo prazo. Prebisch sabia que a tendência dessas instituições é se voltar para o curto prazo. Como ex-diretor do Banco Central da Argentina³¹, disse que jamais tinha conseguido formar um grupo que se preocupasse realmente com o longo prazo. E assim vim para o Brasil no começo do BNDE, e logo se instalou no Banco esse Grupo Misto.

E, portanto, foi bem antes de o senhor ser convidado para ser o diretor do BNDE.

Exatamente. Minha colaboração com o BNDE tem duas fases. A primeira fase se encerra em fins de 1955, e a segunda fase se inicia na metade de 1958, quando entro para o BNDE como diretor. A primeira está marcada pela própria dificuldade de se constituir o Banco. Havíamos assinado um acordo, uma troca de cartas de intenções, entre o BNDE e a CEPAL, estabelecendo a cooperação de um grupo de trabalho, com tantas pessoas do BNDE, tantas da CEPAL, recursos etc., como um núcleo consistente dedicado a uma pesquisa ampla sobre o Brasil. A CEPAL havia desenvolvido, sob a minha direção – pois eu era o chefe da Divisão do Desenvolvimento da CEPAL –, uma técnica de planejamento global, planejamento indicativo, evidentemente; era a primeira vez que se elaboravam técnicas e metodologia para um plano global de desenvolvimento econômico.

Na mesma época, a França tinha iniciado pesquisas nessa direção. Em nome da CEPAL, fiz investigações em várias universidades, em especial nos Estados Unidos, tomei contato com muita gente para ver o que havia como técnica de programação global, e as únicas técnicas eram baseadas em projeção de população ativa, o que interessava aos países com mão de obra escassa, mas não a um país com mão de obra de oferta ilimitada, como se dizia na época. Precisávamos de uma técnica de programação que partisse dos recursos raros de capital. Nessa época considerávamos que os recursos humanos eram uma forma de capital, assim como a tecnologia era uma forma de capital, etc.

Elaboramos essa técnica na CEPAL. Ela foi apresentada aqui pela primeira vez na conferência da CEPAL, em 1952. Nossa ideia era implantá-la no Brasil, de forma experimental, metodológica ainda. Íamos testá-la, como já se fizera no Chile. Por que não tentar no Brasil a metodologia que se baseava em observar o ritmo, as transformações na estrutura do sistema, introduzidas pelo próprio processo da industrialização? Todos esses países estavam no começo da industrialização e era preciso antecipar as transformações estruturais. O problema em economia é que cada projeto de investimento tem seu horizonte de tempo próprio, e como coordenar esses horizontes de tempo é algo que só um planejamento pode dar. Por exemplo, hoje se inicia com a indústria siderúrgica, que em geral toma quatro anos – na melhor das hipóteses, para tê-la operando –, enquanto outras indústrias podem tomar 18 meses, e assim por diante. A técnica se baseava nisso, em coordenar os horizontes temporais, o que era fundamental, pois esses investimentos públicos eram de maior duração, mais altos e exigentes. Quando chegamos a esse

acordo com o BNDE, vim para o Brasil já com os instrumentos na mão para constituir um grupo de trabalho, do qual aliás participou o economista cubano Regino Botti, que depois veio a ser ministro da Indústria no governo Fidel Castro¹¹⁹.

Quando já tínhamos instalado o grupo de trabalho, iniciado as atividades e estávamos realmente com a mão na massa, sobreveio a crise do BNDE, decorrente do suicídio de Vargas¹⁴². Foi essa uma grande crise da instituição que estava se criando e representava uma certa visão do Brasil, tendo o Estado uma responsabilidade maior com o setor público. Creio que foi a coisa mais inteligente que já se fez, porque com o tempo me convenci de que o grande problema dos países subdesenvolvidos, nas suas transformações estruturais dirigidas pelo desenvolvimento industrial, era de caráter financeiro, já que não havia possibilidades de financiar projetos a longo prazo, não havia um sistema bancário adequado para isso e o financiamento internacional naquela época era muito difícil e muito fiscalizado. Era o Banco Mundial³⁹ que se encarregava disso. O que nos faltava era uma grande instituição de financiamento, para entrar no campo especializado e mobilizar a massa de recursos necessária a essas transformações que a economia ia exigir nos anos 1950.

O BNDE já havia conhecido um problema com a ascensão de Vargas. Havia sido negociada a criação do Banco, mas, logo depois, as contradições, as lutas, e as ambiguidades que caracterizaram o segundo governo de Vargas fizeram com que ele decidisse modificar a equipe que dirigia o Banco, e essa foi verdadeiramente a primeira crise, e a mais importante. Vargas afastou a equipe Campos, que era a equipe da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos, e instalou um grupo heterogêneo. Foi quando entrou Maciel Filho¹⁹⁵ como superintendente do Banco.

Como é que o senhor colocaria a questão, o debate sobre a participação do Estado, que aí já começa? Isso já é um mecanismo de participação do Estado procurando influenciar o destino da economia de uma forma que não existia antes.

A verdade verdadeira é que a questão do BNDE tomou muito tempo na Câmara. Enquanto se travava a luta pelo BNDE, a Comissão Mista ia preparando uma série de estudos setoriais, de investimento na energia, no transporte etc., e que iam ser financiados em grande parte pelo famoso empréstimo dos US\$ 500 milhões que João Neves da Fontoura¹⁸⁶ teria negociado nos Estados Unidos. Com Vargas, as relações com os Estados Unidos se tornam mais difíceis, mas o projeto do BNDE finalmente se realiza. Mas existia como que uma luta, ou uma divisão em torno

da diretoria do BNDE. Getúlio tenta um compromisso e faz uma diretoria complicada, isto é, põe Campos como diretor e, ao mesmo tempo, como superintendente, Maciel Filho, que não tinha nada a ver com o espírito daquele grupo que pensava o desenvolvimento. Ele era um homem que vinha do Rio Grande do Sul, ligado aos interesses mais diretos do grupo Vargas, que podiam ser legítimos e indispensáveis, mas nada tinham a ver com o desenvolvimento e as técnicas que se exigiam, nem com, como se dizia, o espírito novo que era como que a matriz do espírito tecnocrata que emergia.

Essa heterogeneidade da equipe dirigente a qual o senhor se referiu se refletia também na equipe técnica, nesse tipo de polêmica em torno do industrialismo, o liberalismo, estatismo?

Refletia-se porque, de imediato, Maciel Filho considerou que a equipe do Banco não podia ser dirigida exclusivamente por técnicos. Vocês já devem ter ouvido de pessoas que aqui depuseram uma famosa frase atribuída a ele. Não sei se o Rangel contou-a a vocês. Não a ouvi de Maciel Filho, que, aliás, sempre foi muito gentil comigo, mas se atribui a ele a seguinte frase: “Concurso para seleção de técnicos leva sempre à escolha de comunistas”. Imaginem! Essa era a visão que ele tinha das coisas. A equipe técnica já era de alguma maneira uma continuação da velha equipe que estivera ao lado de Vargas, com Jesus Soares Pereira¹⁸⁰, Rômulo de Almeida, era gente que acreditava muito numa visão técnica dos padrões políticos. Getúlio era muito sensível a isso, sempre gostou de ter assessoria técnica. Ele sempre me impressionou por ser diferente do típico caudilho latino-americano. Quando montou o primeiro governo, criou um grupo fantástico baseado no sistema do mérito, na ascensão do pessoal técnico, etc. Aí se nota a ambiguidade entre o Getúlio que acreditava nos técnicos e o Getúlio que pensava estritamente no interesse político. Eu não tinha acesso a Getúlio, mas a verdade é que quando chego aqui, pouco tempo depois de instalado o grupo misto CEPAL-BNDE, percebo as dificuldades de funcionamento do Banco, porque a diretoria não tinha unidade, não tinha pontos de vista convergentes. É quando se dá a renúncia de Campos, e quando se diz que a ideia do Banco tal qual foi concebida tem de ser abandonada, pois o Banco iria se transformar em algo ligado a outros interesses. Mas já tinha se construído um grupo técnico, sólido, que veio a defendê-lo. Foi o que pude ver de perto: de alguma forma o Banco sobreviveu porque já tinha um quadro técnico convencido da necessidade de manter aquele espírito. Dizia-se que não havia jeito, porque o Maciel não acreditava em

planejamento, não tinha nenhuma experiência. O que fazer? Seria melhor acabar o acordo CEPAL-BNDE? Ele não pôs as pessoas à minha disposição, não tomou conhecimento do acordo e me senti completamente isolado, sozinho na minha sala. Precisei tomar uma decisão: ou luto para salvar alguma coisa ou vou embora, pois tenho muito o que fazer na CEPAL e em outras partes. Se voltasse para Santiago, teria de tocar outras coisas. Aqui era meu país, eu já tinha começado a pensar o Brasil, já estava até com a ideia de escrever um livro – meu livro *A Economia Brasileira* sairia em 1954 –, e achei que precisava encontrar uma maneira de conviver com ele. Na entrevista que tivemos, ele me disse que eu podia continuar trabalhando, mas foi muito frio, muito distante, como se dissesse: esse rapaz só está aqui porque o Campos trouxe. Então mantive o grupo, no qual só tive a colaboração de duas pessoas do Banco, que vieram trabalhar comigo espontaneamente, porque o Banco não mais constituiu a equipe prevista. Essas pessoas foram Américo Barbosa de Oliveira, chefe de estudos de um grupo de rendas – quer dizer, contabilidade nacional – no Banco, e José Pelúcio Ferreira¹⁹⁴, que trabalhava com ele. Ainda assim fizemos o estudo, mas tínhamos um plano de terminar em 12 ou 13 meses e levamos de 18 a 20 meses para fazer o trabalho, publicado pelo BNDE com o nome “*Projeções da economia brasileira*”. Foi o primeiro estudo de conjunto projetivo da economia brasileira e que pôs em evidência a necessidade de um esforço de financiamento público muito maior do que se imaginava na época. A economia estava saindo para a construção do sistema industrial, que exigia uma ação muito mais coordenada do Estado. Esse estudo amplo trazia projeções em todos os setores básicos da economia e também estudos nos setores de bens duráveis, bens não duráveis, sistema de balanço de pagamentos, etc. A importância desse estudo é que permitia um plano de metas. Se foi possível fazer um plano de metas coerente naquele momento, é porque havia um estudo básico, técnico, que mostrava o que seria a economia brasileira em cinco anos, e que traçava hipóteses, porque fazíamos o estudo como metodológico. Levantamos um grande número de hipóteses. Por exemplo, supondo que o sistema de intercâmbio evoluísse favoravelmente, qual seria o perfil da economia brasileira; se desfavoravelmente, quais seriam as hipóteses sobre balanço de pagamentos; também diversas hipóteses sobre participação do setor público; e se este participasse mais, como ia se conseguir elevar a taxa de poupança na economia. O Banco se permitiu, então, escolher um caminho e dentro desse espaço foi relativamente fácil para o grupo de economistas jovens traçar em pouco tempo, na campanha de Juscelino¹⁹⁷, o famoso Plano de Metas

que vai presidir todo o governo JK. O que não estava no nosso plano, e que evidentemente iria perturbar totalmente o Plano de Metas, era a construção de Brasília, com o esforço financeiro que isso representaria, inclusive a grande distorção do sistema econômico. O trabalho do Grupo Misto CEPAL-BNDE foi fundamental para estudar os anos 1950 no Brasil. Ali tínhamos a chance de aplicar uma metodologia que era recente e que se aplicou pela primeira vez no Brasil. O Brasil foi o primeiro país com um Plano de Metas²⁵¹, isto é, com o primeiro plano do desenvolvimento econômico sério feito na América Latina. Foi apresentado de maneira um pouco superficial – a própria expressão “plano de metas” era para evitar a ideia de um programa demasiado integrado e não assustar a classe empresarial. “Metas” é bonito, todo mundo entende, não parece que o Estado vai intervir demasiado na coisa econômica, mas o Estado intervinha de maneira original, e até hoje não conheço exemplo igual, pois por intermédio dos grupos executivos que foram criados o Estado pôde orientar, monitorar todos os setores básicos da comunidade. Havia setores em que investia, como nos três grandes complexos siderúrgicos do Brasil, montados nessa época, e outros setores, como as indústrias automobilística, química, de base, em que o investimento requeria uma orientação sistemática, o que foi feito por esses famosos grupos de executivos. Não era apenas estabelecer uma meta para o setor, era também controlar a inserção do setor nos outros setores, era a ideia de nacionalização, de se criar um tecido industrial. O sistema industrial brasileiro foi feito nos anos 1950. Depois vieram os complementos, com aquele fantástico crescimento da indústria em fins dos 1960, nos 1970, mas os grandes complexos siderúrgicos são dos anos 1950; idem a indústria automobilística, que na época se pensou como indústria de material de transportes pesados – com a indústria de caminhões –, a indústria de construção naval, as grandes forjas que permitiram as indústrias mecânicas.

Eu gostaria de fazer uma pergunta a respeito da visão sobre o capital estrangeiro nessa época no BNDE. Havia uma polarização muito grande entre entreguistas e nacionalistas, como é que isso se dava dentro do BNDE?

Dentro do BNDE é difícil de responder, porque você sabe que uma instituição como o Banco não é uma universidade onde todos estariam expondo suas ideias. Ali se estudavam projetos e devia haver discrepâncias dentro da própria diretoria, mas o BNDE já tinha quase que uma política preestabelecida. Foi criado para um

sistema, para os grandes projetos em infraestrutura, e então era o Estado que atuava. Nenhum capital estrangeiro iria se interessar por estradas de ferro; a própria indústria siderúrgica interessava muito pouco ao capital estrangeiro. O pessoal jovem que trabalhava no Banco tinha, como todos nós, um conhecimento da economia brasileira; estávamos convencidos de que o capital estrangeiro tivera um papel muito pequeno no desenvolvimento do Brasil, quiçá um papel negativo, como no caso da Light²⁰², que tomou conta de certo setor em que havia enorme escassez. Não havia nenhum setor importante na indústria que houvesse sido iniciativa do capital estrangeiro, a siderúrgica era iniciativa do estado, a do papel era grupo nacional, na do cimento havia grupos estrangeiros, mas também grandes grupos nacionais. Nossa visão era que o desenvolvimento brasileiro tinha sido iniciativa de grupos privados e grupos do estado. Depois de 1930, entrou muito pouco capital estrangeiro no Brasil, e muito capital estrangeiro foi embora entre 1930 e 1945, e depois desse período o Brasil se transformou, criou um mercado interno. Então, quando se falava de capital estrangeiro já nos parecia uma coisa diferente, não era um capital estrangeiro clássico. Tratava-se de instalar indústria com cooperação, como, por exemplo, a de construção naval, que teve colaboração japonesa. Não havia chauvinismo diante do capital estrangeiro, todos concordavam com a ideia de que o Brasil precisava criar seu sistema industrial, não podia continuar um país desse tamanho com base industrial tão frágil, vivendo de exportar produtos primários, dependendo de um produto – tenha-se em conta que o café representava 60%, 70% da exportação, bastava baixar o preço e o negócio aqui deslizava. O grande objetivo era criar o sistema industrial. Então quando se dizia, por exemplo, que a Mercedes Benz²¹¹ ia colaborar para produzir caminhões no Brasil, não me recordo de nenhuma resistência, nem dentro nem fora do BNDE. No caso do petróleo era diferente, porque a doutrina nacionalista, que era muito mais antiga, dizia que os grupos internacionais não queriam desenvolver o petróleo no Brasil, queriam na verdade controlar o setor para freá-lo, criar dificuldades para guardar esse mercado, pois tinham excedente lá fora. Era a visão antiga de que o capital estrangeiro estava contra a industrialização no Brasil porque perdia o mercado. Eu ainda me recordo dos debates nesses termos: se um país se industrializa, reduz suas importações manufatureiras.

Ora, na nossa época começamos a ver que o capital estrangeiro era grupos empresariais estrangeiros, que vinham a ser as multinacionais, e agora estavam interessados em participar do desenvolvimento industrial que se afirmava. O fundamental tinha sido feito, a indústria de base estava sendo instalada, o mercado

ia se formar e eles estavam interessados em participar. Eu diria que não foi um tema que nos dividisse. Recordo-me que nessa época, Roberto Campos – quando voltou dos Estados Unidos para o BNDE, já depois da morte do Getúlio – acreditava que o nacionalismo era um freio à metodologia e que nada prejudicava tanto esse país como o nacionalismo, por nos impedir de ter a colaboração de grupos internacionais. Mas dentro do próprio BNDE isso não chegou a ter significação maior. Como disse, nos setores em que estava o BNDE havia pouca participação do capital estrangeiro. Quando se criaram os grupos executivos, aí passou a ser diferente, porque eles se instalaram no Banco, mas não eram do Banco, tinha gente de toda parte.

Quando fui diretor do BNDE, a partir de 1958, aí o problema do capital estrangeiro se colocou de outra forma, como, por exemplo, quando o Banco começou a fazer empréstimos a grandes instituições controladas pelo capital estrangeiro, tipo Light, numa fase de inflação, emprestando dinheiro a juros negativos. Você imagina um grupo como a Light com juros amplamente negativos? Dar dinheiro a esses grupos era, na verdade, dar enormes subsídios. Fui de opinião, junto à direção do BNDE – eu e outras pessoas de lá – que isso tinha de ser explicitado, não era um empréstimo, era uma doação. Qual era a justificativa para doar a um grupo muito poderoso internacionalmente? Esse grupo seria pioneiro, iria transformar alguma coisa aqui para fazer algo fundamental com tecnologia acessível? Não. Era o grupo Light, que tinha uma tecnologia conhecida, e foi por isso que participei da decisão da diretoria do BNDE de que os recursos do Banco teriam de ser postos à disposição da Light como participação societária, para que o Banco pudesse pelo menos defender o valor de seu dinheiro, por meio de suas ações. E o BNDE ganhou muito dinheiro com isso, porque as ações da Light posteriormente se valorizaram.

Eu gostaria de saber a respeito dessa sua segunda fase como diretor. O senhor era diretor de que área, se é que o Banco era estruturado em áreas como é hoje, e encaixando nisso a sua preocupação com a problemática nordestina. E uma outra questão é a seguinte: foi o senhor que criou a SUDENE²⁷⁹, ou não?

É uma boa questão, porque em realidade o que aconteceu foi mais ou menos o seguinte: eu estava na Inglaterra, em Cambridge, quando ia voltar para o Brasil e para Santiago do Chile, pois ainda estava ligado à CEPAL, mas muito interessado em vir para o Brasil se tivesse a oportunidade fazer um trabalho que valesse a

pena. Quando chego ao aeroporto já havia dois diretores do BNDE me esperando, Ewaldo Correia Lima¹¹⁴ e Cleantho de Paiva Leite⁶⁰, e eles disseram: “Celso, há uma situação favorável agora para que você venha se incorporar à direção do BNDE, trazemos um convite da parte da diretoria. O Lucas Lopes, que é o presidente do Banco, acaba de ser chamado para o Ministério da Fazenda, Roberto Campos passou para a presidência e abriu uma vaga na diretoria, que está a sua disposição”. Fui lá agradecer, numa reunião da diretoria, e disse o seguinte: “Tenho muita satisfação e muita honra de participar da diretoria se o Banco criar uma área especializada. Não é para eu vir aqui preparar projetos, discutir coisas, porque tem muita gente boa para fazer isso. Aceito se o Banco quiser criar uma área especializada, um diretor para se preocupar com os problemas do Nordeste”. Todo mundo achou aquilo muito bom, pois era realmente uma área um pouco negligenciada. O Banco havia entregado o Nordeste ao BNB³⁶, que era mais antigo. E eu disse: “Quero me ocupar dessa área”. Disseram-me: “o governo criou um grupo de trabalho para o desenvolvimento do Nordeste, mas esse grupo não fez muita coisa, então você se encarregará dele também; será nomeado interventor do grupo”. Fiz então uma viagem pelo Nordeste. Era a época da seca de 1958. Corri todos os estados, fui ao sertão, visitei tudo aquilo e vi que era necessário algo muito sério, sair para uma política completamente nova no Nordeste. Fazia anos que eu vinha estudando o Nordeste, lembro-me de ter comentado sobre isso com o Roberto Campos, insistindo em que o problema do Nordeste não podia continuar a ser negligenciado daquela forma. Eles tinham mandado uma pessoa ou outra para examinar a coisa, criaram o GTDN¹⁴⁶ no começo do governo do Juscelino, mas puseram à frente Aluísio Campos, homem muito hábil, advogado muito fino, muito competente, mas sem experiência no problema do desenvolvimento econômico. Ele entregou o trabalho a um grupo de técnicos, e principalmente a um pessoal das Nações Unidas²³⁰. Esse grupo era de gente muito especializada e cada um ficou com o seu setor: especialista em transportes, especialista em irrigação. Esses grupos em geral levam muito tempo só para fazer um diagnóstico, pois não vão se atrever a fazer afirmações assim no vazio. Quando cheguei aqui o grupo estava elaborando esses estudos. Fui ter uma conversa com eles e vi que faziam coisas interessantes, mas que eram elementos de um diagnóstico do Nordeste. Cada grupo tinha um brasileiro e um técnico internacional; este tinha muito mais experiência, mas lhe faltava às vezes conhecimento da região. Então tomei outra decisão, pensando como diretor do BNDE: vamos lançar uma política nova para o Nordeste, o BNDE precisa lançar essa política; quero sair de imediato para um

estudo de conjunto, que defina as bases de uma verdadeira política nova para o Nordeste. Eu tinha chegado aqui em agosto, setembro de 1958, visitara o Nordeste todo, examinara o que havia por ali e me pus a trabalhar seriamente. Nem sequer cheguei a pedir ajuda a ninguém, porque era um trabalho de síntese e eu tinha prática disso, sabia que faria mais rápido se fizesse sozinho. Então, juntei o material todo, e até máquina de calcular havia à minha disposição. Quando já estava bastante adiantado, porque minha ideia era dentro de uns seis meses ter algo pronto para levar ao governo – a direção do Banco levaria ao governo –, aconteceu um acidente, como sempre acontece. Juscelino ficou muito nervoso com o problema do Nordeste, com a perda das eleições de 1958 – ele perdeu não sei em quantos estados –, e os militares ficaram muito nervosos com Julião – tenha em conta que tinha havido a revolução cubana um pouco antes, estava tudo um pouco quente. Começou a haver pressão militar. Já estávamos no início de 1959 e Juscelino me contou depois que tinha havido um informe militar reservado exigindo medidas urgentes no Nordeste. Então ele decide confiar ao chefe da Casa Civil, embaixador Sette Câmara²⁷¹, a tarefa de reunir um grupo de gente entendida em Nordeste para discutir, sair para qualquer coisa, uma solução. Sette Câmara disse: “Não tem problema nenhum, porque o Celso, diretor do BNDE para o Nordeste, já esta trabalhando nisso”. E chamou várias pessoas, algumas nem foram. Dom Helder Câmara⁹⁷, que foi convidado, me disse depois: “Ah! Se eu soubesse que ia ser uma coisa interessante assim! Não fui porque já estava cansado dessas coisas”. Lá estavam o Klabin¹⁷⁵, que vinha do setor industrial, outra pessoa do setor agrícola etc., todos juntos para discutir o Nordeste. A reunião foi marcada no palácio Rio Negro, em Petrópolis. Eu estava realmente com o meu trabalho avançado e o Sette Câmara disse: “Acho melhor pedir ao Celso que fale em nome de todos, porque ele já tem algo a dizer, assim não se perde tempo, vamos logo”. E fui encarregado de falar em nome dos presentes. Eu nunca tinha visto Juscelino antes. Pensei: tenho provavelmente 15, 20 minutos para vender uma ideia. E em 20 minutos expliquei que a política do governo anterior era totalmente anacrônica, e também aquela que estava sendo aplicada, por ser uma política baseada nas velhas concepções hidráulicas etc., etc.; e que era necessária uma visão completamente diferente: não lutar contra a seca, mas considerar a seca como parte do sistema ecológico nordestino e, portanto, criar no Nordeste uma economia que pudesse viver com a seca. Criar um sistema econômico viável. Portanto, desenvolver todo o Nordeste, e não só cuidar da seca. Foi um choque. Juscelino disse: “Mas por que você não chegou antes aqui, isso é o que eu queria, alguém que tivesse ideias. Criei

no começo do meu governo um grupo de trabalho de desenvolvimento no Nordeste que até hoje não fez nada.” O que não era verdade, eles estavam trabalhando no ritmo normal. Mas o que ele queria era que alguém chegasse lá e dissesse: “O diagnóstico é esse, temos de sair nessa direção”. Aliás, me recorro de que um ou dois meses antes, ele, sabendo que eu havia sido nomeado para o BNDE como diretor para o Nordeste, quis já me convocar para ver se eu podia fazer alguma coisa. Chamou-me para fazer uma viagem de avião com ele, mas pensei bem e disse: não vou a essa viagem, não, porque se eu chegar a convencer esse homem dentro de um avião, com outras pessoas passando, conversando, na verdade vou perder minha oportunidade, e preciso de condições adequadas para transmitir uma mensagem como essa, dentro de um avião não dá. Cheguei ao aeroporto, falei com o responsável e ele disse: “Não, o seu nome nem está na lista”, e escapei, não esperei. Juscelino depois reclamou, mas eu retruquei: “Presidente, cheguei lá e meu nome não estava, eu não podia entrar, sabe o que é a segurança”. Mas na verdade, quando falei no Rio Negro não só estava preparado como as condições eram ideais; ele estava ali sentado, tranquilo, e muita gente ouvindo, e assim eu pude, durante um certo tempo, expor. Ele me fez algumas perguntas e disse: “Mas isso é exatamente que eu estava esperando”. E completou: “Olhe aqui, nós vamos sair para uma nova política para o Nordeste como o senhor está me sugerindo. Agora essa política vai ser prioritária no meu governo, e só lamento não tê-la iniciado no começo do meu governo, porque ela seria para mim tão importante como Brasília foi”. E ainda: “Celso, de quanto tempo você necessita para botar tudo isso no papel?”. Respondi: “Presidente, umas três semanas”. E ele: “Então você vai reunir todo mundo que deve vir do Nordeste, no Palácio do Catete, dentro de três semanas, todos os governadores, os deputados, os senadores, todo mundo, Celso, e vai expor essa política”. Eu era uma pessoa desconhecida no Brasil, tinha estudado no estrangeiro, vivido no estrangeiro, tinha nove anos de Nações Unidas. Ele jogou todas as cartas de uma vez só. Eu não sabia o que estava fazendo, porque no dia seguinte correu o boato e então todo mundo no Nordeste queria saber quem eu era, e veio correndo atrás de mim. Tive de me fechar no BNDE, e todo político nordestino perguntava: o que esse cara quer, o que vai sair desse negócio? As pressões começaram e para terminar o trabalho, deu um trabalho!

Três semanas não deram.

Tive mais ou menos um mês. Esse trabalho é “*Uma política para o desenvolvimento do Nordeste*”, com 110 páginas, hoje em dia chamado de trabalho

do GTDN. Na verdade, o GTDN não teve nada a ver com ele, fiz o trabalho como diretor do BNDE, ninguém do GTDN o viu, aliás não tinham propriamente especialistas em desenvolvimento. Aqui entre nós, quando saí do Nordeste, em 1964, o trabalho continuou a ser muito importante, a ser muito defendido lá, mas era difícil apresentá-lo como sendo meu, que acabava de ser cassado. Então ficou com esse pseudônimo, o trabalho do GTDN, porque assim não se citava o meu nome e o trabalho pôde persistir e ser publicado várias vezes, e sua influência permaneceu. Mas, como eu disse, foi feito dentro do BNDE. Apresentei-o a Juscelino e o trabalho foi impresso pela Presidência da República. E chegou o dia lá no palácio do Catete, com todo aquele mundo de gente. Juscelino falou primeiro, me apresentou, fez um discurso de ordem geral e me deu a palavra, e fui eu que tive de explicar o que era a nova política do governo federal para o Nordeste. E nesse momento, ele assina um decreto criando o CODENO – Conselho de Desenvolvimento do Nordeste⁸³. O que havia de novo no CODENO, comparado com os grupos de trabalho que Juscelino havia criado, é que saímos do campo estritamente da tecnocracia. O CODENO era um conselho de governadores e representantes do governo federal, portanto era um órgão político. Reuníamos todos os representantes do governo federal dos distintos órgãos, que podiam ser técnicos, mas ali estavam numa ação no plano político, e por outro lado tratavam de trazer todo mundo para criar um verdadeiro órgão de planejamento para o Nordeste. Juscelino assinou o decreto ali mesmo, começando a grande batalha para a criação da SUDENE. Também nesse momento foi enviado ao Congresso Nacional, assinado por Juscelino, um projeto de lei transformando esse conselho numa instituição permanente, essencialmente de planejamento, e que deveria coordenar todas as ações federais do Nordeste com a participação dos estados. Nesse sentido, quando se estuda o direito constitucional brasileiro vê-se a inovação que representou a SUDENE, porque numa federação como a nossa, que tem pouco sentido e é quase uma ficção, pois inclui um estado do tamanho da Paraíba e outro do tamanho de São Paulo, o poder econômico foi se transformando em fundamental. Era essencial em um país grande como o Brasil criar uma instância intermediária entre o governo estadual e o governo federal, uma instância que pudesse coordenar a ação do governo federal sem desmontar os estados. Assim foi feito na SUDENE, que tinha sentido na medida que os estados tinham vida própria. Posteriormente, os estados perderam vida própria, perderam todo o poder, e então a SUDENE também se transformou, mas nessa época a SUDENE era um órgão em que os governos dos estados tinham um poder enorme. Havia três partidos políticos

muito importantes na época, pelo menos dois tinham eleito governadores no Nordeste, e foi preciso unir tudo isso sem entrar em conflito, com a SUDENE foi preciso criar a ideia de que o Nordeste estava acima dos estados. Há um episódio que considero muito importante nessa época. Foi quando, na sucessão de Juscelino, colocou-se o problema da continuidade da política do Nordeste. Reunime com os governadores e disse o seguinte: “O Nordeste é muito pobre para perder uma eleição, temos de ganhar essa eleição, o Nordeste tem de estar acima dos resultados das eleições. Portanto, vamos fazer um pacto, exigir dos dois candidatos que se comprometam com o programa para o Nordeste, o programa fundamental da SUDENE está aí, se se comprometerem podemos lutar por qualquer um dos dois”. Assim foi feito e publicamente os dois candidatos, um no Recife, outro em Campina Grande, se comprometeram a executar a política do Nordeste, o que era uma vitória para o Nordeste. Foi por isso que o sr. Jânio Quadros¹⁷⁷ – que mudou tudo, criou dezenas de inquéritos para desmontar Juscelino – não tocou na SUDENE. Fui para o estrangeiro no momento da posse dele porque não queria estar presente nem me apresentar como candidato a superintendente da SUDENE. Se a SUDENE continuasse, eu já dava a minha tarefa por cumprida. Fui para a Índia, depois para a Europa, e quando cheguei Jânio Quadros me chamou e disse: “O senhor vai ficar lá porque acho que poderá prestar um serviço muito bom para o país, não vou substituí-lo”. E me deu todo o apoio.

Quando fui dirigir o CODENO, fui na qualidade de diretor do BNDE, e assim instalei sua sede no Recife. Vinha ao Rio para as reuniões da diretoria mais importantes e tinha toda a ação no Nordeste. Foi uma descentralização. Eu já estava nesse processo há algum tempo quando, no correr de 1960, ou de 1959, ainda no governo Juscelino, houve uma mudança no governo e tive de deixar o BNDE, por uma questão de acomodação do setor administrativo do Banco. Então deixei o BNDE, o que nada alterou, porque o governo federal me fez automaticamente diretor do CODENO, com função ligada ao presidente da República, enquanto não se criava a SUDENE. Assim se encerrou minha colaboração com o BNDE.

O senhor se referiu há pouco a essa questão de Roboré². Qual foi o papel do BNDE, como o sr. interpretaria essa efervescência política em torno da coisa?

Esse foi o episódio menos gratificante de minha permanência no BNDE, diria mesmo muito entristecedor. Houve uma série de problemas que se juntaram.

Mas o que há de essencial é que a política do governo brasileiro com respeito aos acordos de Roboré havia se definido em um grupo no qual Roberto Campos tinha um papel muito importante, e meu ponto de vista foi que esse assunto de política de petróleo no estrangeiro não era assunto do BNDE e, sim, do Ministério das Relações Exteriores²¹⁷. Portanto, a diretoria do Banco não podia se comprometer com um tema desses. Não era concebível que ela assumisse responsabilidade pelo que se estava fazendo, quer dizer, pelo acordo das famosas notas reversais. Isso era assunto para ser assumido por um órgão competente, como o Conselho Nacional do Petróleo⁸⁹ ou o Itamaraty. Roberto não tinha esse ponto de vista, achava que o BNDE estava comprometido desde o início, e que ele levaria isso até o fim. Aí, sim, houve uma divisão entre nós. Vocês sabem, na época houve duas ou três versões a respeito, uma até de que eu estava dando entrevista para ser presidente do BNDE. Quando ouvi isso fui diretamente à casa de Roberto e privadamente tive uma conversa com ele para expor meu ponto de vista. Disse-lhe que se desejasse algum dia ser presidente do BNDE eu diria abertamente, mas que de toda a maneira queria deixar bem claro que em nenhuma hipótese aceitaria uma responsabilidade do BNDE, porque a única coisa que me interessava era o Nordeste, com o qual estava comprometido, e que o projeto da SUDENE já estava no Parlamento e era a única coisa que me preocupava.

Houve distorções na concepção inicial da SUDENE? E como o senhor vê isso hoje?

A lei da SUDENE saiu praticamente como propusemos. Segundo o próprio Juscelino e outras pessoas, minha nomeação é que foi objeto de grandes controvérsias. Eu tinha elaborado tudo aquilo, assumido um papel muito importante, mantinha distância de todos os grupos e dos grandes interesses, e isso era uma inovação difícil de ser assimilada no Nordeste. Como é que os grupos do açúcar, por exemplo, podiam admitir que alguém assumisse a SUDENE sem um compromisso com eles? Foi nessa época que houve uma campanha pessoal tremenda contra mim, de que eu era comunista, isso e aquilo. Tive acesso posteriormente às intrigas e acusações feitas contra mim, e percebi a dimensão que pode tomar a difamação contra uma pessoa dentro do sistema de informações. Quando você está na luta, muita gente busca destruí-lo, e quando não consegue diretamente tenta por meios indiretos, criando intrigas, mandando informações secretas, fazendo denúncias, etc. Foi uma grande campanha, inclusive difícil de explicar, quase caricatural. Havia uma pessoa que estava lutando contra mim, uma

pessoa do próprio governo, de outro órgão, que conseguiu comprar, ou arranjar na polícia, um documento contra mim e o fez circular em todo o Congresso. Era um documento que vinha do serviço secreto e foi mostrado aos jornalistas. Nesse momento, Juscelino, muito habilmente, para que a lei fosse votada teria dito: “está bem, vamos chegar a um compromisso, o governo não pode recuar, essa política tem de ser levada adiante, eu quero essa política no Nordeste porque acho que é fundamental para o Brasil, mas quanto à nomeação do superintendente, isso se discutirá depois, fica para um entendimento posterior”. Foi criada a SUDENE e então foi grande a luta para que eu ficasse. É interessante a mobilização que houve no país, da imprensa por exemplo, a favor da minha nomeação, algo difícil de explicar porque eu não estava ligado a nenhum grupo, nunca tive tantas relações pessoais, mas o *Correio da Manhã*⁹² fez campanha dia e noite: se não for nomeado o Celso Furtado é porque essa política é uma impostura. Também tive o apoio do *Estado de S. Paulo*²⁵. Sempre expliquei isso como uma espécie de *mauvaise conscience*, o sul do Brasil tem uma espécie de sentimento de culpa com respeito ao Nordeste. E no momento em que se ia fazer uma coisa importante ali, veio essa movimentação. Eu não estava parado, tratei de esclarecer a opinião pública nacional, fui a todas as instâncias, a todos os setores militares mais importantes para fazer conferências, debates, era convidado e ia a todos os lugares, mostrava o que era esse plano, o que é que se poderia fazer, e tive apoio total da Igreja. Dom Helder Câmara disse: “Finalmente um plano sério, consistente”. Juscelino era um homem de coragem, não tenho dúvida nenhuma, e foi um ato de coragem me nomear, e assim que fui nomeado assumi a SUDENE com meios consideráveis. E, como contei, tive esses mesmos poderes com Jânio Quadros e, depois, com João Goulart¹⁸⁴. Com João Goulart foram momentos difíceis porque era um governo mais fraco e quando chegaram as eleições de 1962 e o país volta ao presidencialismo, também foi muito grande a pressão para que eu saísse. Recordo-me de que uma vez, durante o parlamentarismo, tive de ir à Alemanha negociar um acordo, um empréstimo para o Nordeste, e quando voltei fui procurado por um membro do governo que me disse: “O senhor não pode ficar na SUDENE porque as pressões são muito grandes e o governo não pode se dar ao luxo de uma frente de pressão, de atrito como esse, precisa de uma conciliação, um entendimento”. E disse que falava em nome do primeiro-ministro. Então respondi que só poderia ficar com a confiança do governo, e que se aquela observação era para que eu modificasse a linha de política no Nordeste, que era na verdade nunca aceitar um compromisso com política partidária, nem eleitoralismo, nem

uso indevido do dinheiro público, então eu saíria da SUDENE. Mas logo telefonei a Jango, disse que queria falar com ele imediatamente, e ele me respondeu: “Ah! já voltou? Então venha aqui”. Tomei um carro e fui para o palácio das Laranjeiras. Cheguei por volta das sete da noite, pois tinha chegado no mesmo dia da Alemanha e tido aquela conversa à tarde. Expus a situação. Disse-lhe: “Sei que o governo tem dificuldades e não quero colocá-lo em situação difícil, as lutas no Nordeste são muito grandes, o problema eleitoral por lá é muito sério, portanto não quero lhe criar dificuldades, minha política já foi tão criticada de tantos lados!”. Ele me respondeu: “Celso, esse regime pode ter muitas desvantagens, mas tem a vantagem de que só se põe para fora uma pessoa como você com duas assinaturas. Uma delas é minha, e a mim me cortam a mão, mas não assino”.

Durante esse período que o senhor ficou na SUDENE, teve alguma vinculação no BNDE, ou não? Quer dizer, como o seu trabalho no Nordeste se ligou de alguma forma ao trabalho do BNDE? O Banco foi importante, ajudou em alguma coisa, ou não?

O BNDE me ajudava em tudo, materialmente. Eu participava das reuniões de diretoria, estava informado dos grandes projetos, mas me neguei a relatar qualquer projeto que não fosse do Nordeste. E como o BNDE não tinha nenhum projeto no Nordeste, fiquei preparando terreno para o futuro. Mas participava das reuniões e discutia tudo, e evidentemente tinha a influência que podia ter dentro de uma reunião de diretoria quando tomava posições. Por exemplo, no caso da Light tomei posição firmemente e meu voto deve ter sido decisivo para desempatar, para criar dentro da diretoria um ponto de vista contrário à concessão de dinheiro nessas condições absurdamente favoráveis. Eu tinha muitos amigos no BNDE, conhecia os quadros técnicos, vivia dentro do BNDE, almoçava todos os dias com eles, sabia das discussões, lutas internas, conversas. Mas não aceitava relatar um projeto de São Paulo ou de Minas, só defendia o Nordeste, a minha situação era privilegiada.

Quando o senhor foi para a superintendência da SUDENE, acabou completamente a sua vinculação com o BNDE?

Já antes saí da direção do BNDE e fiquei como coordenador do CODENO, numa situação especial, até que se criou a SUDENE, quando assumi a superintendência e me desvinculei do Banco. E como tinha havido aquela situação complicada depois de Roboré, evidentemente o clima já não era o mesmo. Antes éramos

todos amigos, de muitos anos juntos, colegas da diretoria do BNDE, na verdade era uma mesma geração de gente que tinha lutado, aprendido na mesma época, com os mesmos amigos internacionais. A partir dali, o grupo já não era, evidentemente, o mesmo de antes. Aquilo foi um momento decisivo, foi um momento, como se diz, em que essas paixões alcançaram um paroxismo no Brasil.

Seguindo um pouco depois, o senhor foi ministro extraordinário do Planejamento, no governo João Goulart. Queria saber se o BNDE teve um papel decisivo na elaboração do Plano Trienal²⁴⁴, mesmo se o senhor já não estivesse no BNDE. O GTDN, o senhor explicou que foi gerado dentro do BNDE.

O grupo que eu conhecia era do BNDE, onde se reunia o melhor grupo de economistas. Eram todos colegas meus. Eu só assumi a responsabilidade de fazer um plano por causa do que já expliquei mais acima sobre o governo de Jango. Nunca teria assumido um plano para outro governo naquelas condições tão difíceis, em prazo tão curto. E devia pensar que já tinha minha tarefa no Nordeste, que eu não queria abandonar, se não tivesse uma dívida profunda com o presidente João Goulart. Jango me chamou, eu não podia recuar. Então, quando aceitei, procurei imediatamente o pessoal do BNDE; da SUDENE, muita pouca gente, pois a SUDENE estava interessada no seu mundo regional. Quem tinha visão nacional era o pessoal do BNDE, que me ajudou. Foi dentro do BNDE que foi feito o plano geral, evidentemente à margem do Banco, pois não fiz nenhum acordo direto. Foi uma colaboração informal, mas o Banco pôs gente à minha disposição em tempo integral e só foi possível fazer esse plano porque existia o BNDE, quer dizer, porque existiam os recursos do Banco, com técnicos e informação, mobilização de gente. Sem isso, não é em quatro meses que se faz um plano.

Professor, nós estamos falando em BNDE por força de hábito, porque a instituição ganhou há pouco tempo um “S” na sua sigla e no novo papel também. Gostaria de saber como é que o senhor vê esse novo papel, e que espaço o BNDE hoje deveria ocupar na economia brasileira?

Não quero responder a essa pergunta porque isso exigiria uma visão global da economia brasileira hoje. O BNDE é o maior banco de investimento do Brasil, é o principal elemento de mobilização e ativação de recursos financeiros do país, portanto em cada fase do desenvolvimento brasileiro ele terá o seu papel específico. É possível que daqui para diante seja mais importante investir em

obras sociais do que em infraestrutura econômica. Nesse caso o BNDE poderia ter uma responsabilidade grande, que não se pode excluir *a priori*, nem podemos admitir que o BNDE seja uma coisa cristalizada; Ele deve ter seu papel em cada fase.

Como é que o senhor vê esse instrumento criado para execução desses novos projetos de fim social?

Bem, creio que no momento presente você tem de observar isso do ponto de vista da conjuntura atual, e em seguida colocar dentro de uma visão mais ampla. O que eu dizia é que toda a política de desenvolvimento brasileiro hoje em dia tem de partir do social. O Brasil se instalou sobre um grande parque industrial que está parcialmente parado. O Brasil cresceu e sua economia se diversificou consideravelmente, mas nossa sociedade hoje é mais injusta, mais aleijada do que há 20 anos. Portanto, o grande problema a se enfrentar daqui para frente seria a partir do social. A economia brasileira cresce, dadas as condições mínimas, mas seu crescimento tem de ser social. Discuti isso no meu último livro *O Brasil pós-“milagre”*. É algo que diz respeito à própria dinâmica da economia brasileira. Portanto, que o social seja prioritário hoje em dia é perfeitamente defensável, não tem nada a ver especificamente com o BNDE, tem a ver com a política global do governo. Do ponto de vista conjuntural, no momento em que os custos estão mais elevados, isto é, em que a economia está parada em grande parte porque existe, digamos, uma pressão do lado dos custos, que vem das altas taxas de juros, você não pode vir com imposto indireto porque este imposto indireto vai aumentar a recessão. É evidente que se você cria o imposto indireto como esse que se fez aqui – como se chama? Imposto em cascata –, todo o sistema, o custo da economia aumenta, e quando se está em recessão é evidente que isso a agrava. Portanto, ninguém de bom senso recomendaria maior aumento de impostos indiretos numa economia em recessão. Em segundo lugar, como é que você vai fundar um projeto social com impostos indiretos, se num país como o Brasil eles são profundamente antissociais e concentram a renda? Esse plano social tem de ser parte de uma política maior. Não se trata apenas de botar recursos aqui ou ali, é preciso entrar em processo de transformações profundas do sistema, não se pode apenas corrigir na superfície, pois se a renda está concentrada vai continuar se concentrando por causa de forças muito mais profundas. É esse o processo. Portanto, não se trata apenas de um fundo social; o que o Brasil exige hoje em dia é uma autêntica política social que coloque a economia e o desenvolvimento econômico a serviço

de uma progressiva homogeneização da sociedade. Isso demanda um tremendo esforço, que não creio que esteja no espírito desse fundo que foi criado.

Professor, eu gostaria de saber se o senhor voltaria a assumir um cargo de direção dentro do BNDE?

Não aceitaria um cargo de direção no BNDE nem em nenhuma outra instituição porque creio que há toda uma geração nova que agora tem de cumprir essa tarefa, ser chamada para esses cargos. E há muita gente capaz no Brasil. Hoje minha tarefa é outra, é ajudar a pensar, contribuir com ideias, fazer esse trabalho que é tão raro num país como o Brasil, e que é o verdadeiro trabalho do intelectual, na tradição que se tem na Europa de uma consciência crítica da coletividade, é estar sempre preparado para dizer coisas com suficiente nitidez e lucidez e coragem. Acho que esse papel de intelectual é tão meritório e tão útil como um diretor do BNDE, e assim fico onde estou.